

Área: Sustentabilidade | **Tema:** Temas Emergentes em Sustentabilidade

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS SABERES LOCAIS: ESTUDO DE CASO DE UMA
COOPERATIVA**

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND LOCAL KNOWLEDGE: CASE STUDY OF A COOPERATIVE

Jose Paulo Fagundes e Lisandra Zorzella Fagundes

RESUMO

O sucesso de um empreendimento solidário causou curiosidade e levou pesquisadores a investigar uma cooperativa localizada em três municípios pobres do norte da Bahia. A Coopercuc criada a partir da ação de três freiras com o objetivo de emancipar a mulher sertaneja e criar condições de sobrevivência para suas famílias apresenta hoje contornos de empresa de sucesso. Em uma pesquisa realizada através de vivência e aplicação de questionários os pesquisadores puderam verificar que os associados mudaram suas vidas pela renda que foi aumentada e também pela liberdade conquistada através da emancipação dos cooperados frente as dificuldades e dominação que a fome lhes impunha. Descobriu-se que o resultado do empreendimento tem sucesso respaldado nos saberes locais e na força da associação em cooperativa. A utilização de fórmulas locais de confecção de doces e geleias aproveitando o que a seca lhes proporciona faz da Coopercuc um sucesso comercial, social e ambiental.

Palavras-Chave: Cooperativas; Desenvolvimento Local; Sustentabilidade; Economia;

ABSTRACT

The success of a joint venture provoked curiosity and led researchers to investigate a cooperative located in three poor municipalities of northern Bahia. The Coopercuc created from the action of three nuns with the objective of emancipating the sertaneja woman and creating conditions for survival for their families presents today contours of successful company. In a research carried out through experimentation and application of questionnaires, the researchers were able to verify that the associates changed their lives by the income that was increased and also by the freedom gained through the emancipation of the cooperative in the face of the difficulties and domination that the hunger imposed on them. It turned out that the outcome of the venture is supported by local knowledge and the strength of the cooperative association. The use of local formulas for confection of jams and jellies taking advantage of what the drought gives them makes Coopercuc a commercial, social and environmental success.

Keywords: Cooperatives; Local Development; Sustainability; Economy;

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS SABERES LOCAIS: ESTUDO DE CASO DE UMA COOPERATIVA

1. INTRODUÇÃO

As múltiplas crises do capitalismo globalizado apresentadas desde o final da década de 1970 até o início do século XXI descortinaram a impossibilidade das políticas de Estado - políticas macroestruturais - em resolver as diferenças na distribuição de investimentos produtivos por todas as regiões.

O desenvolvimento econômico buscado por políticas nacionais daquele período, do tipo: “deixar crescer o bolo para depois fatiá-lo”, não possibilitaram a retirada de brasileiros do estado de pobreza. Pelo contrário, durante o período conhecido na literatura da economia clássica como Milagre Econômico, mostrou-se concentrador de renda e investimentos nas regiões Sul e Sudeste. Os resultados nos mostraram, ao longo da década de 1990, que investimentos feitos de forma globalizada não alcançam as localidades ou territórios mais distantes dos grandes centros dinâmicos¹.

Segundo Fagundes (2010b), o desenvolvimento local é o que apresenta maiores possibilidades de tornar sustentável, qualquer atividade, no longo prazo. A sustentabilidade dos projetos locais são, também, os que apresentam maior dinamismo na distribuição da renda entre os atores dessa atividade em maior sinergia com as outras atividades no entorno.

Os projetos sustentáveis privilegiam os “saberes locais”, despertam o conhecimento, valorizam a cultura e aproximam as comunidades da natureza. Seja pela atividade industrial, pela atividade agrícola ou pelos serviços; a dinâmica de geração de emprego e renda leva em consideração o relacionamento entre cultura, meio-ambiente e sociedade.

Com essa perspectiva a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Canudos (COOPERCUC) se desenvolveu dentro da comunidade se apropriando dos conhecimentos acerca das frutas nativas e do regime de coleta. Privilegiou as receitas locais que à décadas a mulher sertaneja utiliza para o consumo familiar. Aproximou as comunidades com dificuldades semelhantes, como a seca e a pobreza extrema. Utilizando-se dos potenciais locais possibilitou a geração de renda, emprego e foi mais além, resgatou a dignidade dos desvalidos tornando-os associados de um empreendimento onde os mesmo são donos do próprio destino.

Este trabalho faz parte da dissertação de Zorzella(2010) que pesquisou a condição dos associados e o desenvolvimento da cooperativa dentro de um espaço geográfico. O objetivo foi verificar se o movimento associativo é capaz de promover o desenvolvimento sustentável e influenciar a dinâmica da economia local.

¹ O processo de desenvolvimento pode resultar de iniciativas endógenas ou exógenas. As teorias clássicas ou tradicionais destacam a presença de uma força motriz de caráter exógeno, que influenciam as demais atividades econômicas por meio de encadeamentos, mais conhecido como paradigma “centro-abaixo”, pois essas forças impulsoras advêm das regiões centrais. Há três teorias que podem ser enquadradas nesta definição: a Teoria da Base de Exportação, a Teoria da Difusão e a Teoria do Pólo de Crescimento. Para maiores informações buscar em (LIMA; OLIVEIRA, 2003)

2. O ESTADO DA ARTE

2.1. *Desenvolvimento Sustentável*

A dificuldade em definir “desenvolvimento sustentável” é resultado da sua própria ambigüidade. A tentativa de uma definição genérica esbarra na diferença de entendimento do que seja desenvolvimento. Segundo Almeida (2001), as definições variam conforme os objetivos dos agentes do desenvolvimento.

De acordo com Acselrad (1993) e Redclift (1995) *apud* Bruseke (1995), duas são as linhas de definição sobre sustentabilidade. A primeira seria a manutenção do desenvolvimento econômico com certa preservação ambiental e melhoria social. A natureza passa, então, a ser capital que necessita ser conservado, precificado e contabilizado como custo na produção. Esse fato representa uma franca evolução da teoria Neoclássica, que considera as externalidades falhas de mercado que fazem com que determinados efeitos de atividades econômicas não sejam contabilizados no processo de transação. E a segunda que trata das limitações da economia pela escassez da natureza, considerando o desenvolvimento incoerente com a preservação.

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico (MARTINS; PASSADOR, 2009).

Outra corrente, segundo Leff (2000), sugere uma nova teoria de desenvolvimento baseada nos valores do ambientalismo. Embora limitado pelos conceitos e paradigmas racionais do sistema econômico, esse novo modelo internalizaria custos ambientais e adotaria indicadores de sustentabilidade sobre os recursos naturais.

[...] o ecodesenvolvimento traz em seu prefixo mais que uma nova dimensão do desenvolvimento, traz uma refundamentação do desenvolvimento: as externalidades da racionalidade econômica, a destruição das condições ecológicas da produção é colocada em perspectiva histórica. O ambiente emerge como um conjunto de **princípios societários [grifo nosso]** e como um novo potencial de desenvolvimento fundamentado em novas condições culturais e tecnológicas, (Leff, 1998, p. 165).

Inacy Sachs (2004) trata o desenvolvimento sustentável em duas polaridades: uma em que há injustiça social e outra em que há ameaça ao desenvolvimento pela deterioração ambiental. Sob esses pilares, constroem-se os diversos conceitos de desenvolvimento sustentável.

Ainda, segundo Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável traça suas diretrizes sob a égide da manutenção das gerações presentes e das futuras. Defende o autor a adoção de critérios de viabilidade econômica, social e ambiental em todas as ações da sociedade.

Apesar da ampla discussão, ainda não há consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável; entretanto, esse artigo utiliza como definição a mais freqüente: “*atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras*” (World Commission on Environment Development, 2010 (a) (b)).

2.2 *Desenvolvimento Local*

No pensamento de Sanches de Puerta (1996) *apud* Fagundes (2010b), a conceituação de desenvolvimento é uma tarefa difícil em função da complexidade dos elementos que nos remete as noções carregadas de perspectivas naturalizadas, como mudança, progresso, crescimento, enfim, traz uma ideia intrínseca de que desenvolvimento gera mudança, e que essa mudança parte de uma condição de precariedade para uma condição de melhoria social.

Fagundes (2010) classifica, como principais, três concepções de desenvolvimento: a primeira onde desenvolvimento é concebido como evolução, usada para expressar o movimento histórico e linear de avanço da humanidade; a segunda em que o desenvolvimento é caracterizado como crescimento econômico; e na terceira o desenvolvimento é visto como um mito.

É sabido que os projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos de cima para baixo com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas. Os planos de desenvolvimento tradicionalmente se centravam na aceleração do crescimento econômico.

A fragilidade e a inconsistência teórica das abordagens macroestruturais implicaram na revisão dos conceitos e críticas as concepções clássicas, surgindo assim o conceito de desenvolvimento local que, pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições para transformar a economia e a sociedade (JESUS, 2003). Diversas dimensões passam então a ser incorporadas ao conceito. Fagundes (2010b) argumenta que nessa perspectiva o desenvolvimento é percebido como moderador das vocações locais para além da mensuração econômica.

Desta forma o novo olhar sobre os conceitos de desenvolvimento é uma mudança nas referências teóricas as quais traziam uma abordagem estruturalista e economicista. As referências baseadas em contextos macroeconômicos de intervenção do Estado são gradativamente substituídas por uma referência baseada no ator, ou no agente de promoção do desenvolvimento. Trata-se de um processo endogenamente construído, baseado nas condições e recursos locais orientados de baixo para cima.

O conceito de local compreende a constituição do tecido social em que permeiam as relações entre os atores. O local passa a ser considerado, então, como uma forma social que constitui um nível de integração das ações e atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo (FIÚZA, 2005).

Nesta perspectiva, a promoção do desenvolvimento é orientada pelas necessidades e vontades dos atores locais. A observância das potencialidades de cada região ou território pretende articular inovações que promovam ações coletivas de melhoria na renda e nas condições de bem estar. Fator determinante para criar condições de liberdade para as comunidades.

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento local, é entendido como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

Ávila (2000) afirma que um processo de desenvolvimento local pode ser percebido quando determinada comunidade desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das condições que lhe são inerentes, melhorando sua qualidade de vida a partir da internalização comunitária, associadas ou não, a participações efetivas de quaisquer atores externos.

O desenvolvimento local deve ser visto como um diálogo contínuo de busca para resolução de problemas a partir de política de participação e envolvimento social. Brose (1999) ressalta esse mesmo aspecto dizendo que o desenvolvimento local depende principalmente

das lideranças da comunidade e do envolvimento dos atores sociais. Segundo Santos e Rodríguez (2002), o ator principal do processo de construção coletiva do desenvolvimento é a sociedade civil que cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão social.

A construção do desenvolvimento local é fruto da participação efetiva da comunidade, cuja centralidade está no ser humano como sujeito, com as mais diversas possibilidades de realização quanto à forma, organização, mas tem na cooperação um princípio fundamental. Na relação entre cooperação e desenvolvimento local, as organizações cooperativas são fenômenos que nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela instrumentalização, na busca de objetivos e resultados comuns (FRANTZ, 2003).

2.3 O Cooperativismo

Segundo ensina Pereira (1999) e Schineider (1982, 2001) a cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, ou seja, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

A doutrina cooperativa, tratada por Lins e Fagundes (2003), tem por objetivo melhorar a sociedade em todos os sentidos e em todos os momentos. Não é imposta, é absorvida. É humanista e prima pela liberdade econômica, social e democrática. Seu primado econômico social impõe a igualdade como princípio e a solidariedade como esforço comum. Uma postulação que parece recorrente entre os adeptos do cooperativismo é de que a doutrina, ao modificar o homem, transforma a sociedade através desse mesmo homem.

Portanto, como doutrina social que sintetiza a reforma da sociedade, o cooperativismo é também fundamentalmente filosófico em aspirar ao aperfeiçoamento moral do homem, construindo para a melhoria econômica.

Com esses valores, parece óbvio que não foi o capital que organizou a primeira cooperativa ou formulou a doutrina cooperativista. Entretanto ela tampouco faz parte do ideário socialista. Foram pessoas comuns que deram os primeiros passos, premidas pela adversidade, imposta pelo capitalismo vigente na época da criação da primeira cooperativa. Segundo Irion (1997) “o cooperativismo nasceu da crise social gerada pelo capitalismo, não da ideologia socialista”.

Segundo Irion (1997), o Congresso Internacional de Cooperativismo, realizado em Manchester (1995), revisou os princípios cooperativistas aprovados em 1966, em Viena. O Quadro 1 mostra os princípios revisados do cooperativismo e classifica-os em princípios de solidariedade e liberdade, participação e democracia, e igualdade de oportunidades e justiça social.

Quadro 1: Princípios do cooperativismo revisado.

Solidariedade	Empreendimentos em comum exigem pessoas solidárias, indivíduos independentes, dispostos a estabelecer vínculos entre si, baseados no apoio mútuo.
Liberdade	O essencial é o direito de analisar os valores e os princípios e potencialidades dos movimentos para que os interessados possam transformar sua liberdade que é absoluta, fora da cooperativa, em liberdade voluntariamente relativa dentro dela, limitada por regras auto-impostas que visem ao bem comum.
Democracia	Significa participação em todas as reuniões, o direito de opinião, as oportunidades de funções diretivas e o respeito ao direito das pessoas ainda que divergentes.

Justiça Social	A promoção econômica dos associados alia-se à educação, cultura, qualidade de vida, oportunidades de trabalho e de realização pessoal.
Equidade	Tem sentido especial no cooperativismo quando examinada por três vertentes: a associativa, a econômica e a social, as quais estão implícitas nos valores e princípios do cooperativismo.

Fonte: Adaptado de Fagundes (2010)

A cooperativa, segundo Bialoskorski Neto (2004), *apud* Martins e Passador (2009) é definida como organização diferente [...] das empresas que apenas visam o lucro nos mercados, pois gera empregos, desenvolvimento econômico e procede na geração e distribuição de renda, o que as outras empresas não fazem com eficiência. Mas, para que essas funções sociais possam ser exercidas, tem-se que co-operar a organização cooperativa de modo economicamente eficiente [...].

Segundo Alves (2003), os princípios do cooperativismo, uma vez seguidos adequadamente, podem prestar uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social de uma região, estado ou país através do aumento das oportunidades de trabalho; da diminuição da desigualdade de renda; do fortalecimento das instituições democráticas; da defesa das liberdades individuais e da humanização das relações econômicas.

2.4 A Cooperativa Agropecuária de Canudos, Uauá e Curaçá

A COOPERCUC, como é chamada a cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá, está situada no norte baiano próximo a cidade de Juazeiro e distante, aproximadamente, 400km de Salvador. Localizada no Sertão nordestino. A região apresenta um dos menores IDH² do Brasil e uma das menores rendas *per capita* da Bahia. O solo árido e o precário regime de chuvas, típicos da Caatinga, tornam ainda mais difícil a vida para as comunidades que dependem de cisternas para armazenar água.

A atividade econômica predominante na região é a criação de caprinos e a agricultura familiar de sequeiro, ou seja, extremamente dependente das chuvas e dos programas de governo. Sobretudo o PRONAF³. Mesmo que a poucos quilômetros existam canais dos projetos de irrigação. Esses não alcançam os pequenos agricultores familiares do sertão apenas o agronegócio produtor de divisas para os cofres de uma economia dependente.

Contrária a todo o pessimismo e a crueldade do sertão árido, a cooperativa buscou no sequeiro, região distante da água chamada fundo de pasto, a riqueza dessa terra. [...] *A natureza criou e lá deixou*⁴[...] o fruto que é capaz de armazenar água nos períodos mais secos do ano: O Umbu, ou Ymb-u como era chamado pelos índios Tupi Guarani, ou “árvore que dá de beber”. Com enorme capacidade de armazenamento em suas raízes o Umbu resiste as mais cruéis secas e intempéries. Abastece as comunidades de frutos entre os meses de dezembro a abril. Felizmente os umbuzeiros centenários têm sido explorados e multiplicados de forma sustentável pela Cooperativa.

A coleta do Umbu de forma sustentável e a utilização de uma fruta nativa para produzir doces que são vendidos até mesmo para países da Europa tornam a cooperativa uma alternativa de renda viável e responsável para as comunidades de Canudos, Curaçá e Uauá.

Com 204 associados e, aproximadamente 450 pessoas dependentes diretamente, a cooperativa instalada em Uauá com uma unidade de beneficiamento central, atende a diversas comunidades como demonstra a Figura 1: Sítio do Tomaz e Mandacaru em Canudos; Marruá,

² Índice de Desenvolvimento Humano

³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

⁴ Literatura de Cordel: “A Arte Do Meu Povo; Marialvo Barreto; Se Umbuzeiro Falasse...”

serra do Besta, Caldeirão dos Almeidas, Testa Branca, Lajes dos Aroeiras, Disterro, Caititus, Cocobocó em Uauá e, Patamuté, Cachaquí, Caladinho, Serra Conde e Brandão em Curaçá, onde mini usinas de beneficiamento coletam e preparam a matéria prima dos doces.

Figura 1: Comunidades da Coopercuc



Fonte: Coopercuc (2015).

A evolução da produção da Coopercuc levou a cooperativa a processar, 200 toneladas de frutas (além do Umbu, a Goiaba, a Banana, o Maracujá) e colocá-las nos mais diversos pontos de vendas do país e do exterior. O seu maior comprador é o Governo Federal. Cerca de cinquenta por cento é comprado pela CONAB⁵ através do programa de aquisição de alimentos (PAA)⁶ para merenda escolar. Nesse programa são atendidos mais de 18 municípios e, aproximadamente 87 mil alunos de escolas públicas do sertão baiano. Vinte e cinco por cento são exportados, outros vinte e cinco são vendidos em feiras e supermercados de São Paulo, Juazeiro, Petrolina e Salvador.

⁵ CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.

⁶ O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), também conhecido como Compra Direta, prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação as entidades socioassistencias que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O caso estudado neste trabalho foi escolhido, devido ao fato desta cooperativa ser acessível aos pesquisadores, que buscaram uma aproximação do ambiente onde ocorriam os fenômenos. Cabe ressaltar que, sendo um estudo exploratório, a profundidade das investigações pode determinar a possibilidade de se fazer inferências ou descobrir outras questões, variáveis ou elementos a respeito do assunto estudado que podem ser exploradas em outras pesquisas.

A seleção dos sujeitos da pesquisa foi feita pelo método não probabilístico com amostragem por conveniência, a qual se caracteriza pelo fato de a seleção dos elementos da população depender, em parte, do julgamento dos pesquisadores, que selecionam membros mais acessíveis, tendo em vista a escassez de tempo, de recursos financeiros, materiais e pessoas. (SELLTIZ, 1987).

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, e, quanto aos meios de investigação, trata-se de estudo de caso. O universo considerado desta pesquisa corresponde aos 204 (duzentos e quatro) cooperados - na maioria mulheres. A amostra utilizada nesse estudo é do tipo não probabilístico, portanto, como observado anteriormente definida pelo critério de acessibilidade, sendo composta por cooperados das comunidades de Caititu, Caldeirão dos Almeida, Marruá e a sede Uauá; representando 142 cooperados (69,61% do universo) de cooperados.

Nesta pesquisa que é de caráter quantitativo, optou-se pelo uso de perguntas semipadronizadas e fechadas, aplicado mediante entrevistas pessoais e institucionais, diretas. O questionário foi dividido em três pilares: o primeiro com perguntas que buscavam identificar os cooperados, suas origens e experiências; o segundo com interesse em sua evolução quanto ao bem estar e patrimônio e, o terceiro sobre sua percepção enquanto cidadão e agente de transformação.

Os dados depois de coletados foram tabulados com a utilização da Planilha Eletrônica simples. Esta tabulação serviu de base para a criação de gráficos e tabelas para análise dos resultados da pesquisa. Os dados foram obtidos mediante a técnica de levantamento primário e utilização de estatísticas anteriores (secundário), quando necessário.

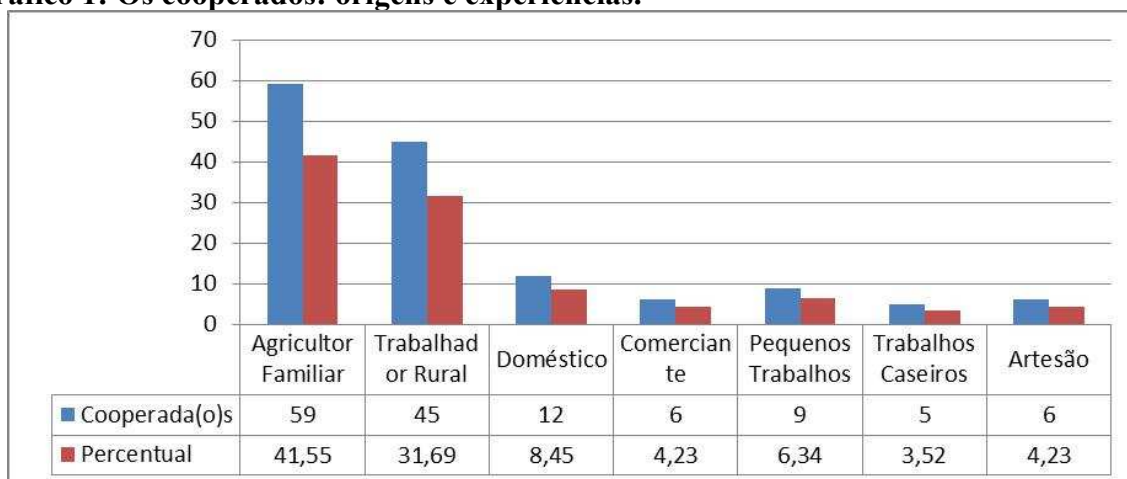
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação da cooperativa buscou essencialmente gerar renda e autonomia a mulher sertaneja⁷. Ainda, hoje, a cooperativa mantém uma maioria de mulheres⁸ e os mesmos princípios: à inserção da mulher no mercado de trabalho e a severa observância das suas necessidades e dificuldades. A maioria da(o)s cooperada(o)s (da amostra; 41,55%) eram agricultora(e)s familiares das regiões de sequeiro, 31,69% trabalhavam nas grandes propriedades produtoras de frutas e outra(o)s 38 cooperada(o)s dividiam suas atividades em serviços domésticos, trabalhos manuais e pequenos comércios.

⁷ A cooperativa (COOPERCUC) foi fundada por freiras (1980) com objetivo de gerar renda a mulher sertaneja (100% das cooperadas) e dar autonomia as suas famílias. Sobre a formação da cooperercuc ver em : <<http://www.coopercuc.com.br/quem-somos/nossa-historia/>>

⁸ 67,65% do total ou 138 mulheres.

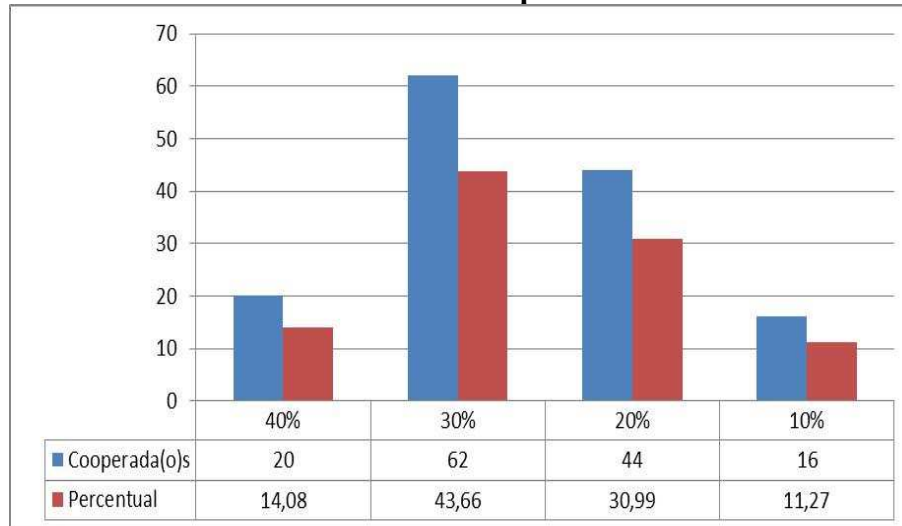
Gráfico 1: Os cooperados: origens e experiências.



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

O gráfico 2, mostra que houve uma considerável elevação na renda dos cooperados. Essa afirmativa tem como lastro as respostas às questões da pesquisa sobre o **Bem estar e patrimônio** da(o)s cooperada(o)s após a cooperativa. Sobre a percepção da renda atual em referência aos ganhos passados em uma escala crescente de 10% a 40%, percebe-se que 43,66% acredita ter aumento na renda em, aproximadamente, 30%; 30,99% crê em aumentos de 20%; 40% da(o)s cooperada(o)s percebeu 14,08%; e, 10% os restantes 11,27% que, na sua maioria estavam a pouco na cooperativa.

Gráfico 2: Aumento de renda dos Cooperados



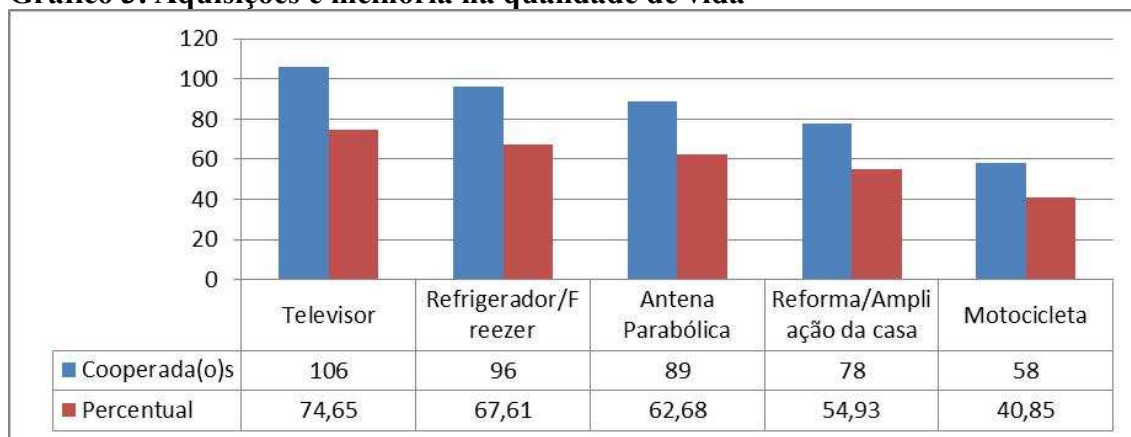
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Seguindo a lógica do aumento de renda que a cooperativa proporcionou a(o)s cooperada(o)s e suas famílias⁹, a pesquisa levantou a condição de bem estar da(o)s associada(o)s pelas aquisições de bens de consumo e bens duráveis. Cabe ressaltar que, até mais importante que o aumento de renda é a regularidade que é proporcionada, uma vez que as rendas anteriores eram de serviços sazonais em período de plantio e colheita.

⁹ há aproximadamente 450 dependentes diretos

O gráfico 3 revela que o televisor (74,65%) e o refrigerador novo e mais espaçoso (67,61%) foram às vedetes das aquisições. A antena parabólica (62,68%) e a reforma e ampliação da casa (54,93%) seguem como necessidades satisfeitas. Amplamente justificados não constam como aquisições o telefone celular e computadores pela inexistência de sinal de celular ou internet. O carro, embora, adquirido pelos cooperados não entrou na pesquisa pois teve função de transporte para a produção. Porém a moto representou o desejo mais caro atendido pelos mais jovens (40,85%). Aqueles que responderam não ter adquirido bens são associados novos com pouco tempo de cooperativa.

Gráfico 3: Aquisições e melhoria na qualidade de vida



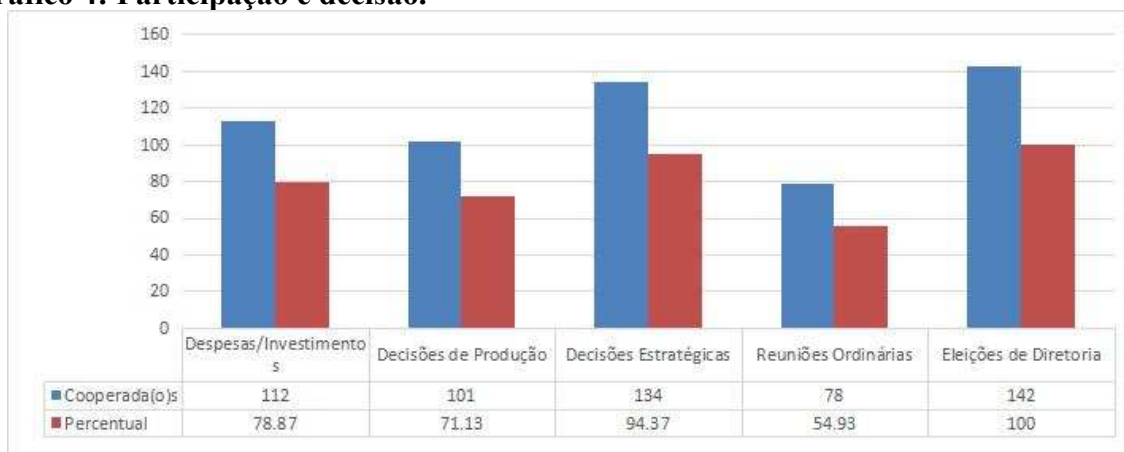
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

A pesquisa buscou identificar a qualidade das relações entre cooperada(o) e cooperativa afim de captar a **percepção enquanto cidadão e agente de transformação**. Durante a aplicação dos questionários verificou-se que 100% dos cooperados entendem os princípios do cooperativismo e tinham bom conhecimento da trajetória da cooperativa. Conheciam, também, a missão e a visão da cooperativa e sua relação com a sociedade e os outros projetos cooperativos.

A participação dos cooperados nas reuniões é outro sinal da qualidade nas relações entre cooperada(o)s e cooperativa. Observou-se que 72,54% dos associados frequentam mais de 50% das reuniões ordinárias e/ou extraordinárias (no ano), sendo 54,23% dessa participação em ações voluntárias.

O gráfico 4 mostra que os cooperados tem participação democrática nas decisões dos destinos da cooperativa. Nas atividades que decidem despesas e investimentos os cooperados (78,87%) dizem ter participado ativamente. Quando o tema foi a decisão de produção: como produzir, o que produzir e como vender, 71,13% afirmaram ter participado de forma ampla e democrática. Quando o tema é participação nas decisões estratégicas, reuniões ordinárias e eleições de dirigentes fica claro a importância da cooperativa na formação do cidadão e na construção das oportunidades para essa e futuras gerações.

Gráfico 4: Participação e decisão.



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Outro aspecto que revela o bom entendimento dos princípios cooperativos desenvolvidos na cooperativa são as respostas quanto a administração. Quando perguntada(o): - sobre qual deve ser o papel do administrador da cooperativa; - se ele deve ter benefícios e, - se a cooperativa deve ter colaboradores “de fora”.

Os resultados traduzem o grau de maturidade dos associados. Para 100% dos cooperados o administrador deve buscar atender o interesse dos cooperados e afirmam que não tolerariam benefícios para os diretores. Ainda, sobre os benefícios, todos entendem que o cargo de presidente, por exemplo, é temporário.

Quanto a contratar profissionais “de fora”, 73,94% acreditam que sim. Seria, na opinião de 105 cooperados, mais uma forma de enfrentar os desafios de crescer com conhecimento e responsabilidade. Entretanto, 37 cooperados crêem que a cooperativa deva formar “seu pessoal” para administrar a cooperativa que se espera para o futuro. Utilizam, como exemplo, a formação dos grupos das mini usinas de beneficiamento nas comunidades que capacitaram os cooperados nos processos industriais para fabricação dos doces.

O conhecimento através da capacitação é uma constante entre os cooperados que não descuidam dos processos e da qualidade exigida pela fábrica-sede em Uauá; e, das exigências dos mercados e das certificadoras, fato esse amplamente conhecido pelos cooperados.

5. CONCLUSÃO

As dificuldades enfrentadas pela mulher sertaneja no ambiente árido e inóspito que impõe toda sorte de entraves a sobrevivência não pode ser reparada por políticas públicas e por sucessivos governos centralizadores. Entretanto, a ação de alguns agentes privados, respeitando e entendendo a convivência com a natureza em associação solidária como é a Coopercuc pode proporcionar melhoras consideráveis a sua população.

Portanto, é mister entender a cooperativa como ferramenta para alcançar todas as liberdades e promover, através do envolvimento de todos, um crescimento contínuo que pode perfeitamente ser classificado como desenvolvimento das competências e potencialidades.

No caso da Coopercuc resta claro que o aproveitamento do *saber local* associado a iniciativa de empreendedores solidários apresenta resultados muito superiores as políticas públicas de Estado direcionados a região nas três últimas décadas.

O estudo em questão comprova e provoca mais profundidade nos desdobramentos do desenvolvimento local sustentável utilizando as ações cooperativas como ferramenta para atingir, não só maiores rendimentos, mas atingir melhores condições de desenvolvimento: cultural, social e econômico.

6. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jalcione. **A problemática do desenvolvimento sustentável**. Desenvolvimento Sustentável: Necessidade ou Possibilidade. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 17-26.

ALVES, Francisco de Assis; MILANI, Imaculada Abenante. **Sociedades cooperativas: regime jurídico e procedimentos legais para constituição e funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, 37p.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local**. INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo GrandeMS: UCDB/PMDL, v. 1, n. 1, set., 2000a., p. 68

BROSE, M. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul, UDUNISC, 1999.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

BUARQUE, Sergio Cavalcante. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FAGUNDES, J. P. SILVA, Agnaldo Batista. Cooperativas de Trabalho na Indústria Têxtil-Vestuarista de Santa Catarina: Uma comparação entre os anos 1990 e 2000. XII ENAPEGS, Lavras-MG, agosto de 2010 (a), **Anais...**,(CD-ROM).

FAGUNDES, J. P. Desenvolvimento Sustentável: A teoria da emergência como indicador de sustentabilidade. Resultados preliminares de uma pesquisa XI SEPA, Juazeiro-BA, agosto de 2010(b).

FERRAZ, José Maria Gusman. As Dimensões da Sustentabilidade e seus Indicadores. **In:** MARQUES, João Fernando. SKORUPA, Ladislau Araújo. FERRAZ, José Maria Gusman (org). Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas. Jaguariuna, SP: Embrapa Meio Ambiente: 2003.

FIÚZA, Washington. **Cooperativismo de Crédito como agente de Desenvolvimento Local**. São Paulo, Siscoobcred, 2005.

FRANTZ, Walter. Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003.

IRION, João Eduardo. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo, STS, 1997.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local. In: CATTANI, Antonio David (Org.). A outra

economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 72-75.

LEFF, Enrique. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés; FRANCO, Roberto Messias; CORDEIRO, Renato Caporali (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Florianópolis: Palotti/APED, 1998.

LEFF, Enrique. **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 2000. (Colección Aprender a Aprender)

LINS, H. N. e FAGUNDES, J. P. **Cooperativas de Trabalho: Notas sobre sua diversidade**. Atualidade Econômica, Florianópolis, UFSC, v. 15, nº 44, p.15-19, 2003.

MARTINS, M.M. PASSADOR, C.S. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: Um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. 47 SOBER, Porto Alegre - RS, julho de 2009. **Anais...**(em CD-ROM)

PEREIRA, Maria Isabel. **Cooperativas de Trabalho: O Impacto no setor de serviços**. São Paulo, Pioneira, 1999.

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT DEVELOPMENT. In: Declaração de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo:UNEP, 1972. 6p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 23 julho de 2015 (a).

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT DEVELOPMENT. In: Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento – Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: UNEP, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>>. Acesso em: 15 julho de 2015 (b).

SACHS, Inacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS B. de S. RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHINEIDER, J. Odelso. LAUSCHNER, R. **Autogestão, Cooperativismo e Capitalismo: Perspectivas Econômico-cooperativas**. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 1982.

SCHINEIDER, J. Odelso. **O Cooperativismo e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável**. Revista Extensão Rural, Santa Maria, UFSM, v. 8, nº 1, jan/dez, 2001.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 4º Reimpressão, São Paulo: Companhia

das Letras, 2004.

ZORZELLA, L. S. **Coopercuc**: estudo de caso para o desenvolvimento sustentável. 2010. Monografia (Bacharelado em Economia) – Facape, Petrolina, 2010.